tirar 3 copias.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: SIGNIFICADO E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Valdemir Pires*

INTRODUÇÃO

Orçamento é uma expressão de uso corrente. Os consumidores estão acostumados a pedir um antes de autorizar o conserto dos seus veículos ou eletrodomésticos. Os trabalhadores e suas famílias vivem preocupados em não estourar o seu orçamento mensal. Os empresários frequentemente rejeitam um orçamento e aceitam outro para realizar algumas despesas de suas empresas. Nos jornais, articulistas e repórteres vivem combatendo o peso do orçamento do governo sobre a economia.

No dicionário das palavras de uso corrente, o termo orçamento aparece definido como "1. Ato ou efeito de orçar; avaliação, cálculo, cômputo. 2. Cálculo da receita e da despesa. 3. Cálculo dos gastos para a realização de uma obra. 4. *Jur. e Fin.* Cálculo da receita que se deve arrecadar num exercício financeiro e das despesas que devem ser feitas pela administração pública, organizado obrigatoriamente pelo executivo e

---

* Bacharel e Mestre em Economia, Coordenador do Curso de Economia e Professor de *Economia do Setor Público* da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), autor do livro *Estado, Mercado e Tributação*, ex-Secretário de Finanças e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Piracicaba SP, participante de várias experiências de elaboração de orçamentos municipais com participação popular.

submetido à aprovação das respectivas câmaras legislativas. 5. Cálculo, feito pelo agrimensor, da partilha dum imóvel sujeito a processo divisório."[1]

Orçar é um verbo que vem do italiano *orzare* (século XVI), que significa calcular, estimar, computar.[2] Quando o consumidor ou o empresário se referem ao orçamento, estão pensando num cálculo ou estimativa de custo ou preço de um bem ou serviço. Já quando se fala em orçamento familiar ou público, a referência é a um todo que envolve receita e despesa, numa tentativa de compatibilização. É com este significado inicial que o orçamento público é tratado (coincidindo com a definição número 2 do verbete do *Aurélio* citado acima). Mas isso não é tudo. Para entender o orçamento público, é necessário trabalhar com um conceito mais amplo e preciso. O próprio *Aurélio* (definição número 4, acima), remete para um significado mais específico do termo, ligado ao campo das Finanças. Com efeito, em geral se pensa o orçamento em termos financeiros (receita e despesa em dinheiro, resultando em equilíbrio, déficit ou superávit), mesmo que nada impeça que seja feito para gerir recursos que não se expressem monetariamente.

O orçamento pode ser de um indivíduo, de uma família, de uma empresa ou entidade ou de uma unidade de governo, constituindo-se num "projeto ou plano das receitas e despesas esperadas, com variações na forma de acordo com sua utilização por empresas, indivíduos, famílias ou governos."[3] Evidentemente, todos os que desejarem são

---

[1] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2a. ed., revista e aumentada. 26a. impressão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

[2] CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etmológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.

[3] FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1987.

livres para se utilizar da racionalidade e dos registros sistemáticos para controlar suas contas. E como agentes econômicos racionais que são, a maioria das pessoas e instituições, numa sociedade mercantil, lança mão de cálculos financeiros para sobreviver, mesmo que sejam cálculos "de cabeça". Sem isso, as constantes trocas não seriam possíveis.

Mas o orçamento que interessa aqui é o que se faz no campo das Finanças Públicas, ramo da Ciência Econômica que "Trata da despesa e da renda dos poderes públicos, bem como da coordenação entre ambas..."[4]. Trata-se, então, do orçamento público, que se define como sendo "a previsão das quantias monetárias que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos"[5], o "conjuntos das contas que descrevem todos os recursos e todos os encargos do Estado para um dado período"[6] ou, ainda, o "ato pelo qual são previstas e autorizadas as receitas e as despesas do Estado para um determinado período."[7] Levando-se em consideração os diversos aspectos que envolve, o orçamento público é:

1. um conjunto organizado de informações financeiras em que se estima a receita e se prevêem as despesas de uma unidade de governo para um período futuro. Trata-se, portanto, de uma previsão, embasada em informações presentes e passadas e em objetivos futuros.

---

[4] DALTON, Hugh. *Princípios de Finanças Públicas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1980, p. 29.

[5] NOVA CULTURAL. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

[6] GÉLÉDAN, Alain & BRÉMOND, Janine. Dicionário Económico e Social. Lisbora: Livros Horizonte, 1988.

[7] Ibidem.

2. um instrumento de planejamento e controle do recursos financeiros dos governos, visando assegurar seu melhor uso e transparência na aplicação.

3. uma lei (federal, estadual ou municipal, dependendo da esfera a que se refira), constituindo autorização legislativa para que Executivo, Legislativo, Judiciário, autarquias e empresas públicas façam despesas em determinadas rubricas, até determinados valores. No Brasil, a Lei federal no. 4.320, de 17 de março de 1964, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União,dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", reza, em seu artigo 2o., que "A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo..."

4. a expressão de um conjunto de decisões políticas em torno da arrecadação e da aplicação de recursos (escolhas, prioridades), visando determinados objetivos ou, em outras palavras, a junção de fins politicamente definidos e meios juridicamente legitimados para a constituição de um plano de ação financeiramente viável.

5. uma das faces da intervenção do governo na economia.

Um plano com indicação de objetivos e meios financeiros para atingí-los, uma lei, um instrumento de controle, um conjunto de decisões políticas que tem impacto sobre a vida econômica. Isso tudo entra na definição do que seja o orçamento público. Percebe-se facilmente que mesmo pertencendo a um município de pequeno porte, envolve questões tanto quanto ou mais difíceis de lidar do que os aspectos envolvidos nos orçamentos de uma grande empresa multinacional. Isso é dito para que seja possível salientar o caráter tecno-político, e não meramente técnico, do orçamento público. Quer

dizer, no mundo das decisões coletivas ou públicas, um conjunto de variáveis envolvendo o poder político interferem no processo de arrecadação e de alocação dos recursos, o que torna "vão tentar isolar um problema puramente econômico do seu ambiente político. Tal tentativa conduz à tautologia ou à pura arbitrariedade."[8]. As escolhas não podem (ou pelo menos não devem) ser feitas por somente uma ou um pequeno grupo de pessoas, de acordo com suas conveniências pessoais ou grupais. É por isso que as "Finanças públicas constituem um desses assuntos que se situam na linha divisória entre a Economia e a Política."[9]

Com efeito, discutir orçamento é ingressar no polêmico debate acerca da intervencão do governo no processo econômico, alterando-lhe o ritmo e o rumo. Apesar da inequívoca ampliação dessa intervenção, especialmente após o segundo pós-guerra — com a adoção de políticas econômicas que vão muito além do simples manejo do orçamento fiscal, alicerçadas no instrumental teórico desenvolvido desde John Maynard Keynes — em nenhum momento se formou qualquer consenso em torno da desejabilidade e/ou eficácia das políticas que entram em contradição com o livre jogo da oferta e da procura e com a noção de que o governo deve limitar-se a definir e zelar pelo cumprimento das "regras do jogo". E está longe, se é que chegará, o dia em que adeptos do intervencionismo e seus opositores se entenderão. O mais provável é que sigam como sempre: concordando entre si, e fazendo acordos políticos nos momentos em que isso se torna inevitável ou vantajoso. Caso contrário, a própria política sofrerá um relativo esvaziamento pela perda de um ingrediente que parece ser o que mais mobiliza

---

[8] MYRDAL, Gunnar. Aspectos Político da Teoria Econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 154.

[9] DALTON, Hugh. Op. cit., p. 29.

interesses: o uso do poder para interferir no processo de produção e distribuição de riqueza.

ORÇAMENTO-PROGRAMA[10]

A técnica orçamentária, ou seja, o manejo de dados econômico-financeiros de forma sistemática, visando utilizar determinados meios para se atingir certos fins, visando assegurar a destinação previamente definida dos recursos disponíveis, desenvolveu-se primeiramente no âmbito empresarial, em que a busca do lucro exigia uma crescente racionalidade das firmas em expansão. O agigantamento de determinados grupos empresariais começou a dificultar a tomada de decisão, dada a amplitude e variedade de objetivos indiretos[11] que começaram a se colocar entre o emprego do capital e o seu retorno lucrativo. Além disso, o surgimento e consolidação das sociedades anônimas, em que a propriedade e a direção se separaram, trouxeram a necessidade de um instrumento que representasse as decisões dos proprietários (acionistas), para que estes pudessem exercer alguma forma de controle sobre os seus mandatários executivos.

---

[10] O objetivo desta secão é apenas dar conhecimento ao leitor da existência de uma técnica para elaboração do orçamento que é interessante utilizar como instrumento no processo de elaboração do orçamento participativo. Assim, a técnica em si não é discutida como se fosse para ensiná-la. Os leitores interessados nisso, devem procurar a literatura especializada sobre o assunto, que é bastante ampla, mesmo em língua portuguesa.

[11] Para exemplificar, basta lembrar o caso de uma empresa de grande porte, constituída de várias filiais, cada qual com diversos departamentos. Os objetivos das filiais são diferentes entre si e não sãos os mesmos da matriz. Os departamentos operam cada qual segundo sua lógica: o objetivo do financeiro pode ser conter custo, enquanto que o de *marketing* pode ser ampliar despesas com diferenciação do produto. Todos os objetivos intermediários, alguns às vezes conflitantes, têm que ser compatibilizados de maneira a chegar-se ao maior lucro, à maior fatia do mercado, à permanência no longo prazo etc.

No setor público e no contexto capitalista, o orçamento surge inicialmente como instrumento de controle do Legislativo sobre o Executivo. Seu caráter de mecanismo de controle político é mais saliente no início. A preocupação maior é controlar o volume dos gastos, com isso diminuindo o risco de desperdício e de corrupção. Tanto a teoria econômica clássica quanto a teoria política democrática contribuiram para a robustez dos argumentos que eram apresentados em defesa do controle das receitas e despesas públicas. A noção econômica corrente era de que o pagamento de tributos representava uma transferência de recursos do setor produtivo (privado) para o setor improdutivo (governo), enquanto que a idéia política prevalecente preconizava a separação dos poderes, tendo cada qual funções distintas, sendo a do Legislativo, além de legislar, fiscalizar as ações do Executivo.

Os distintos objetivos que forjaram o surgimento do orçamento empresarial e do orçamento público deixaram marcas profundas na estrutura de cada um deles. Enquanto que o objetivo das organizações presidia a elaboração do orçamento privado, a tentativa de contenção dos gastos e de transparência nas decisões sobre receitas e despesas se fazia sentir mais fortemente no orçamento público. Este quadro só se modifica quando também os governos vêem suas funcões ampliadas e complexificadas, face ao advento da política econômica de cunho mais intervencionista. Como de mero e contido garantidor da lei e da ordem, o governo passa a intervir nos mais distintos campos de atividade, como passa a cumprir amplas funções, precisa modernizar suas técnicas de gestão. É neste contexto, de demanda ampliada pelo planejamento público, que se consagra a proposta de orçamento-programa: uma técnica de planejamento financeiro, já utilizada pelas empresas, que estrutura as informações de modo a evidenciar os objetivos e os

meios destinados a atingí-los. Originalmente americana, a técnica tornou-se conhecida como PPBS (Planning, Programming and Budgeting System[12]) e se disseminou pelo mundo, especialmente após sua recomendação por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas.

Pode-se considerar o Orçamento-Programa, ao mesmo tempo como uma politização da técnica e como uma tecnicização da política. Ao inserir-se no campo do planejamento governamental, em que objetivos são traçados ao sabor da correlação de forças na sociedade, ele embute na peça orçamentária um ingrediente marcadamente político. Ao procurar servir como instrumento de gestão racional da coisa pública, coloca a técnica como fundamento da possibilidade de eficiência e eficácia das decisões políticas. Mais do que politizar a técnica e instrumentar tecnicamente a política, o Orçamento-Programa permite uma relação frutífera entre ambas, ao integrar processo decisório e planejamento. Teoricamente, através dele seria possível transformar intenções politicamente legitimadas (eleitas) em planos de governo (propostas acopladas a meios para sua materialização).

Exatamente por sua condição de técnica politizada, facilitadora do processo de escolha de prioridades e possibilitadora da avaliação de programas, ou seja, da materialização ou não das decisões tomadas, o Orçamento-Programa é, por excelência, um instrumento importante no delineamento de relações mais transparentes e democráticas entre o governo e a população. Não deve haver dúvidas sobre a necessidade de utilizá-lo na prática de elaboração do orçamento participativo. Mas não se deve esquecer que ele anda bastante desprestigiado atualmente, e já há algum tempo, pelo mau

---

[12] Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento

uso que dele se vem fazendo no Brasil. Um calhamaço de papel cheio de números sem muito significado. É nisso que ele foi transformado por burocratas de plantão, imbuídos exclusivamente da intenção de cumprir a lei, que o exige, sem a menor preocupação em utilizá-lo como instrumento de gestão eficiente e transparente. Há, pois, que resgatá-lo em sua função original. E isto só pode ser feito com a vontade política de quem quer e precisa de maior eficiência no setor público: a população.

ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO

O orçamento é um instrumento utilizado para manejar recursos públicos, recursos que provêem principalmente do poder do governo para tributar, ou seja, para arrecadar compulsoriamente, por força de lei. Tais recursos não pertencem a nenhum indivíduo ou grupo isoladamente, devendo, pois, receber destinação que resulte em benefícios coletivos. Este fato constitui um dos principais problemas das finanças públicas, pois cria uma situação em que o beneficiário é um ente sem existência física palpável: a comunidade, a coletividade, o povo. Quem é a coletividade? De que maneira toma decisões sobre como arrecadar e como gastar? Eis o cerne do problema.

Quando um indivíduo ou família obtém, com seu trabalho ou empreendimento, uma certa quantia de recursos, conhece exatamente de onde ela proveio e sabe o quanto "custou" (em trabalho, esforço etc.) para consegui-lo. Com base nesta noção de custo e numa avaliação subjetiva do benefício advindo de qualquer tipo de gasto, toma decisões

de consumo, poupança e investimento. E quando se trata do governo? Como se estabelece a relação custo-benefício?

Homens práticos e estudiosos têm se debruçado sobre estas questões. As respostas menos insatisfatórias até agora encontradas, nos marcos da combinação de mercado com sistema democrático de governo, baseiam-se na idéia de que a coletividade se expressa através de seus representantes, democraticamente eleitos. Assim, o governo toma decisões pela comunidade.

Partindo-se desta concepção, marcadamente liberal, o orçamento público é, fundamentalmente, o instrumento através do qual a receita e o gasto público são planejados levando em conta as diferentes opiniões, interesses e desejos presentes entre os eleitores, expressos pela manifestação dos eleitos para exercerem os poderes executivo e legislativo. Quer dizer: prefeitos, vereadores, deputados e quaisquer outros mandatários escolhidos pelo voto são os portadores da vontade popular que se efetiva no momento da escolha das melhores fontes para obtenção de recursos públicos e dos mais convenientes itens de depesa a efetivar com estes recursos.

Ao longo do processo de sua elaboração, que é o momento em que diversas propostas de gastos disputam recursos escassos, o orçamento é um instrumento de planejamento democrático, pois sua feitura obedece a todo um rito em que opiniões pessoais, partidárias, grupais se manifestam. O poder executivo elabora uma proposta, submete-a ao legislativo e o jogo se conclui com emendas aditivas, supressivas, modificativas, ao sabor da correlação de forças entre os diversos agentes em disputa na arena democrática.

Depois de concluído, o orçamento torna-se a expressão do jogo democrático, passando a servir como regra para a arrecadação e destinação do dinheiro público. Torna-se lei, podendo ser alterado somente por outra lei. Tendo sido definida nos marcos do chamado Estado de Direito, é uma lei democrática.

Assim encarado, o orçamento é, ao mesmo tempo, instrumento e expressão da democracia. Mais precisamente, da democracia representativa. O quanto mais ou o quanto menos ele será democrático neste sentido, dependerá de alguns fatores da realidade objetiva dentro da qual emerge. Se o elo entre representantes e representados é forte, o caráter democrático das decisões em torno do dinheiro público sobressairá, e vice-versa. Se a capacidade política e jurídica dos representantes para intervir nos assuntos orçamentários for baixa, o elemento democrático se fragiliza, pois para pouco serve uma relação de fidelidade entre eleitos e eleitores se os últimos tiverem as mãos atadas para decidir ou se, tendo-as livres, não souberem dela fazer bom uso, no sentido técnico.

Em resumo, o orçamento público, tal como elaborado e gerenciado nas democracias representativas contemporâneas, é formalmente democrático. E o será efetivamente se e somente se:

1. o sistema de representação funcionar a contento;
2. o aparato legal permitir a intervenção dos diversos representantes (do executivo e do legislativo) no processo decisório em torno das receitas e despesas;
3. os agentes concretos que dispõem de mandatos dispuserem de competência política e capacidade técnica para agirem em defesa de seus representados.

Não escapa a nenhum observador médio que estes pressupostos não se verificam na plenitude em nenhuma localidade e em tempo algum. Tampouco é difícil constatar que há situações reais mais próximas e mais distantes do ideal. Carece, porém, de avaliação mais detida, a hipótese de que a democracia representativa está em crise, agravada pelas dificuldades fiscais dos governos. De qualquer maneira, não é despropositado afirmar que o sistema de representação já não desperta a simpatia de que foi depositário nos seus primórdios, em que na comparação com o despotismo era de longo o mais conveniente para a maioria. Face a este quadro, propostas de reforma vão surgindo. Embora não se preste apenas a esta limitada finalidade, o orçamento participativo não deixa de ser uma destas iniciativas que podem revigorar o ideal democrático.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento é ao mesmo tempo, entre outras coisas, um instrumento para aumentar a eficiência/eficácia no uso dos recursos públicos e uma forma de assegurar o controle sobre as receitas e despesas públicas pelo poder Legislativo. Uma vez elaborado obedecendo determinadas técnicas, ele torna-se um Orçamento-Programa, que é uma forma de organizar as previsões e controles da execução orçamentárias capaz de ligar entre si os planos de governo e os recursos para implementá-los. A passagem do Orçamento Tradicional para o Orçamento-Programa representou uma conquista dos poderes públicos rumo à melhoria técnica do processo orçamentário. Por seu turno, o

Orçamento democrático, representou uma melhoria política: o planejamento passa a levar em consideração as aspirações, avaliações e visões de um grupo de atores políticos mais amplos. Senadores, deputados e vereadores passam a ter vez e voz nas decisões sobre receita e despesa do governo.

O Orçamento participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. Ocorre uma radicalização democrática. Nessa passagem, a democracia passa a ser encarada não só como meio para se atingir o fim de melhor alocação de recursos, mas também como fim em si mesma. Na arena em que se dá a disputa por recursos públicos escassos, os cidadãos exercem o seu direito e o seu dever de participação na definição dos rumos da ação governamental. A prática continuada da co-gestão leva a que, de um lado, o governo vá paulatinamente abandonando a tentação de fazer valer sempre o seu ponto vista e, de outro lado, a população vai adquirindo visão de conjunto sobre a escassez de recursos e sobre a infinidade de demandas que se apresentam ao governo. Uma nova idéia sobre o modo de governar começa a disputar hegemonia com a visão tradicional, de governo legitimado pelo voto e pelo uso da boa técnica.

O orçamento participativo não deve implicar no abandono das metodologias do Orçamento-Programa ou do Orçamento Democrático. Ele só não é compatível com o Orçamento tradicional. Para adotar o Orçamento Participativo há necessidade de que sejam utilizadas as técnicas do Orçamento-Programa, a fim de que a linguagem dos fins acoplados a meios, configurando planos viáveis, sirvam de base para decisões e

avaliações. Também não há motivo para abandonar a contribuição que o Orçamento Democrático oferece, de permitir maior participação do Legislativo sobre as decisões que envolvem definição de fontes e usos de recursos. Representantes do Legislativo e comunidade e setores organizados devem interagir no processo.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL

Os ventos democráticos, que começaram a soprar no Brasil no final dos anos setenta e início dos oitenta, trouxeram consigo um ímpeto participacionista bastante amplo, originado de setores sociais mobilizados e de grupos políticos que se consolidaram no bojo da luta contra a ditadura militar. Esta grita por maior influência dos cidadãos comuns sobre as decisões de Estado foi amplificada pela imprensa, agora livre das mordaças que lhe haviam sido impostas anteriormente. No afã de diminuir o fosso que o regime autoritário havia cavado entre o governo e a sociedade civil, os setores sociais e grupos políticos que forjaram a democratização sempre colocaram entre as suas preocupações reclamos por direitos sociais e políticos cuja solução passava por posicionamentos e medidas a serem deliberadas e praticadas pelas diferentes esferas de governo. Sob tal clima, não tardou para que uma proposta de participação popular na gestão dos recursos públicos aparecesse como palavra de ordem, especialmente nos momentos de disputa eleitoral e nas ocasiões em que grupos tradicionalmente oposicionistas assumiam governos. Foi assim que o chamado orçamento participativo se

tornou proposta corrente no cenário político brasileiro, nos anos oitenta, numa retomada, por alguns segmentos políticos, das tentativas municipais de planejamento participativo que se esboçaram de meados da década de setenta para o final da década seguinte.

Passada a fase eufórica das conquistas obtidas em decorrência jornadas de luta pela democracia, novo período de experimentação se abriu , sob a liderança de umas poucas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores - PT, que colocava o orçamento participativo como um dos principais itens de seu modo de governar. Como, após meados da década de oitenta, teve início um refluxo do movimento social e um relativo ceticismo político, tais experiências não se tornaram muito conhecidas. Até que, de início para meados da década de 90, a questão da descentralização e da participação popular se reacendeu, agora sob novos dados conjunturais, à frente uma perspectiva liberalizante da economia. Ao mesmo tempo que os propagadores da "reinvenção do governo" e os comandantes e técnicos dos organismos internacionais de crédito e fomento "acordavam" para a importância de maior participação dos cidadãos nas decisões tomadas pelo poder público, muitas lideranças políticas nacionais abraçaram o orçamento participativo como plataforma eleitoral, nas eleições municipais de 1996, como se somente agora os dispositivos constitucionais de incentivo criados em 1988[13] e artigos de diversas leis orgânicas municipais começassem a fazer eco na luta política diária.

Em que pesem as diferentes abordagens que podem ter caracterizado as discussões e as experiências em torno do orçamento participativo, é fato que

[13] Constituição Federal de 1988, art. 29, inciso X e artigo 74 e seus parágrados.

> *No Brasil, nos últimos quinze anos, a participação popular no governo tem interessado pesquisadores de diferentes áreas de estudos, resultando inúmeras dissertações, livros, artigos, etc. De igual modo, o assunto tem despertado interesses dos partidos políticos, transformando-se em plataforma eleitoral ou em destacado componente de programa de governo.* (MENDES, 1994, p. 44)

Tanto por isso, como pelo fato de que, mais recentemente, por ocasião da 2a. Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat II (Istambul, julho de 1996), o tema ganhou destaque internacional, ao ter sido escolhido como uma das quarenta melhores práticas do mundo apresentadas ao Habitat II, torna-se bastante interessante analisá-lo com o devido cuidado, para evitar abordá-lo com a perigosa leviandade com que o tratam os adeptos dos modismos de última hora.

Afinal, a que tem servido o discurso e a prática do orçamento participatio na experiência brasileira recente? Que visões de economia e sociedade estão por trás da defesa da participação popular presente no discurso liberalizante que recorta a conjuntura internacional? Qual o lugar da participação popular nas decisões governamentais, do ponto de vista teórico? O que se segue é uma tentativa de responder a estas questões, visando lançar luzes sobre a utilidade das práticas participativas que hoje parecem ser um grande consenso entre partidários das mais variadas visões políticas e ideológicas.

Resgate histórico

Com esta denominação - orçamento participativo - a experiência de elaboação do orçamento anual ganhou algum espaço na administração pública municipal brasileira nos anos 80, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores - PT, que a defendeu e difundiu

especialmente nas disputas eleitorais de 1982 e 1988 e na gestão de algumas prefeituras, no período 1989-92[14]. Mas naquilo que a proposta tem de essencial - tomada de decisão com a participação dos munícipes, rompendo com o formalismo da democracia representativa, onde prefeitos e suas equipes, técnicos e vereadores são os únicos responsáveis pela condução do processo orçamentário - o PT não foi pioneiro. O planejamento participativo, do qual o orçamento participativo pode ser considerado uma derivação, foi defendido anteriormente por outros grupos políticos e agremiações partidárias. A inovação petista consistiu em centralizar o planejamento participativo no horizonte de curto prazo e em utilizar a experiência como instrumento de gerência tanto de recursos materiais como de recursos de poder. Tal afirmação se tornará mais clara à medida que uma visão panorâmica, como a que se segue, da experiência brasileira de planejamento participativo, seja apresentada.

Segundo OLIVEIRA, 1989:

> A história da Administração municipal brasileira apresenta mais exemplos de planos de governo esporádicos, elaborados e seguidos conforme o estilo de cada governante, do que uma tradição de processo de planejamento sistemático, contínuo e com efetiva participação da população. (...) Até a década de 70, muitos municípios - especialmente os considerados grande e médios - elaboraram planos diretores, com o auxílio de técnicos integrantes de seus quadros ou de consultores externos. Embora inclindo estudos da situação sócio-econômica e administrativa local, esses planos eram voltados precipuamente para os problemas físicos

[14] Algumas cidades brasileiras que passaram pela experiência petista foram: Piracicaba SP, Porto Alegre RS (ver UTZIG & GUIMARÃES, 1996; NASSIF, 1994; FEDOZZI, 1994;MOURA & PEREIRA, 1990), Santo André SP (vide BAVA, 1990), Diadema SP (vide BAVA, 1990), Jaboticabal SP (vide RIBEIRO & SIMON, sem data), Santos SP (vide RIBEIRO & SIMON, sem data), São Bernardo SP, São Paulo SP, Ipatinga MG, Betim MG (vide PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 1996; AZEVEDO, 1994). Porto Alegre foi a que mair destaque adquiriu, não só pela riqueza do processo vivido, mas também pela sua longevidade (pedurou por mais de uma gestão) e pelo fato de a cidade ser a capital de um expressivo Estado da federação. A experiência paulista não foi muito bem sucedida, talvez devido à complexidade de uma região com características de megalópole.

> da cidade, o controle de sua evolução e crescimento num prazo relativamente grande. (...) Admiste-se que esses planos - aplicados com resultados positivos em países que atingiram nível relativamente estável de crescimento urbano - não foram, de maneira geral, eficazes nas cidades brasileiras. A outra experiência brasileira de planejamento municipal é mais recente e foi patrocinada principalmente pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964 e extinto em 1975. Essa experiência enfatizou um tipo de planejamento integrado... Dentro dessa ótica de planejamento local (...), muitos municípios brasileiros adotaram planos e programas de desenvolvimento de longo prazo, com base nos estudos e levantamentos minuciosos, sobre problemas do próprio município e sobre seu relacionamento com a microrregião onde está situado, realizados por equipes de administradores e especialistas de diversos ramos. Grande parte desses planos não chegou a ser implantada e poucos tiveram repercussão expressiva na evolução dos municípios a que se destinavam. (...) Em meados dos anos 70, com o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos, passaram a circular, com frequência, notícias sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas de governos municipais, baseadas na participação da comunidade nas decisões e na solução de problemas públicos. Surgiram, assim, formas de planejamento democrático, no nível municipal, apoiadas na consulta popular, que pressupunha a organização da comunidade e a vontade política de descentralizar o poder de decisão.

No momento em que o planejamento participativo ganhou destaque no Brasil, materializando-se em algumas experiências municipais[15] (o que ocorreu no período que vai mais ou menos de 1975 a 1986), um ingrediente fundamental da conjuntura era, inicialmente, a luta contra a ditadura militar, instaurada no país com o golpe de 1964 e, depois, a retomada do poder de manobra pelas forças democráticas vitoriosas. Em tal contexto, dois ingredientes se constituíam em formidáveis obstáculos à manifestação popular, especialmente em torno de questões que envolviam recursos financeiros e

---

[15] Costuma-se citar entre as experiências desta fase: Piracicaba SP (vide PESSOA, 1988), Lajes SC (vide ALVES, 1980), Campinas SP (vide PESSOA, 1988), Vila Velha ES (vide BOSSOIS, I. L., 1987), Boa Esperança ES, Rio Branco AC (vide RESTON & ROCHA, 1985), Toledo PR, Prudente de Morais e Juiz de Fora MG, Pelosta RS.

materiais: inicialmente, o cerceamento das liberdades políticas individuais (mantida a ferro e fogo pela dura repressão) e a excessiva centralização do poder nas mãos da União, transformando o Município em um ente da federação com quase nenhuma expressão. Num segundo momento, continuou o problema dos defeitos do federalismo no Brasil e a repressão, como obstáculo, foi substituída pela relativa falta de experiência governativa das oposições que assumiam prefeituras, tendo que sair da condição de pedra para vidraça, numa conjuntura econômica francamente desfavorável.

Colocado frente às dificuldades do regime militar e sendo a única agremiação partidária de oposição, o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) esteve à frente das experiências de planejamento participativo na primeira fase do período que vai de meados da década de 70 e meados da década de 80. Tanto nesta frente quanto na frente municipalista, em que também atuava incisivamente, este partido buscava praticar uma oposição centrada na luta pelo resgate dos direitos políticos, da democracia. Assim sendo, encarava o planejamento participativo como um, entre outros, instrumento para aprofundar a luta. Enquanto o governo federal, nas mãos dos militares, centralizava e formava um casta de burocratas para tomar decisões, o MDB propunha e tentava praticar a descentralização e decidir juntamente com a população das cidades que governava. Praticado desta forma e nesta perspectiva, o planejamento participativo, nas mãos do antigo MDB e posteriormente PMDB, serviu para levar a cabo o enfrentamento ao regime militar. Como o MDB era um partido nacional, com forte representação a nível federal e detentor de um grande número de prefeituras, sua estratégia de luta era traçada tendo em vista o cenário nacional. As ações a nível municipal se somavam às demais,

encetadas principalmente no Congresso Nacional, formando um conjunto cujo destino era colocar em xeque o regime militar. No PT, a história foi outra.

O PT começa a reforçar esta luta em 1982, ano em que disputa pela primeira vez as eleições municipais, sendo um partido pouco expressivo em termos numéricos (quantidade de diretórios, representação no Congresso Nacional, vereadores, prefeitos). Vem a conseguir alguma expressão, enquanto defensor do planejamento particiaptivo, a partir dos governos que assume em 1989. A partir deste momento, fruto da experiência que uma estrutura de núcleos de base e a gestão de umas poucas prefeituras permitiu acumular, formulou uma proposta com características que permitem distingui-la das propostas de outras agremiações políticas.

Sendo, em sua origem, um partido fortemente enraizado nas classes populares (sindicalistas e lideranças de comunidades de base) e tendo nascido como fruto da articulação de setores marxistas leninistas, o PT se constituiu numa agremiação que, diferente das demais, tinha propostas e uma disciplina que o faziam uma verdadeira máquina partidária[16]: operante e eficaz na defesa e implementação de propostas progressistas e originadas (e por isso sustentadas) nos setores sociais política e economicamente marginalizados que se desintegrava. Com esta história, o PT tinha motivos diferentes do PMDB para defender a participação popular. Para ele, esta participação não era apenas mais uma frente de luta que se acrescentava às lutas operadas no campo estritamente institucional. Para ele a participação era uma reinvindicação de origem, genética: o PT tem em seu manifesto de fundação a declaração de que é instrumento de luta daqueles que até então não haviam tido oportunidade senão de votar.

---

[16] O que era reconhecido até pelos seus adversários.

Como já se mencionou, o PMDB era um partido nacional quando se engajou em experiências participativas. O PT, não. Do ponto de vista institucional, ele construiu-se nacionalmente a partir da sua paulatina inserção municipal e nas assembléias legislativas. Por isso, sua proposta de planejamento participativo recaiu exatamente sobre o orçamento municipal. Foi a partir de alguns municípios que iniciou sua prática concreta de governo, num contexto em que já não se tratava mais de enfrentar a ditadura, mas sim de, partindo da democracia, construir experiências de governo voltadas para o interesse popular, com especial ênfase numa perspectiva redistributivista típica de uma partido declaradamente socialista.

É neste sentido que as experiências lideradas pelo antigo MDB e depois PMDB se diferenciam das experiências implementadas pelo PT. Primeiro, ocorreram sob elementos conjunturais distintos e, segundo, ocorreram sob objetivos inspirados em diferentes estratégias de luta. Dessa maneira, se basearam em metodologias também diferentes.

O que estas esperiências tiveram em comum foi o fato de criarem um caldo de cultura para uma prática inovadora e alvissareira. Destarte, nenhum dos dois partidos pode se arrogar o direito de "pai da idéia", uma vez que tanto a proposta como os próprios partidos que procuraram implementá-la foram fruto de diferentes estágios da correlação de forças que se estabeleceu na conjuntura política brasileira dos últimos 20-25 anos. Além disso, a idéia participação popular, de planejamento e de orçamento participativo não nasceu por aqui e aqueles que procuraram implementá-las se beneficiaram de seus resultados e, em muitos casos, levaram benefícios também às populações envolvidas. Por fim, trata-se de uma proposta ainda em fase embrionária,

tanto no que diz respeito à concepção quanto no que tange à implementação. Portanto, uma eventual briga declarada, pública, entre supostos pais só poderá provocar problemas ao desenvolvimento da "criança". O conveniente, para todos, neste momento, é tomar a proposta de orçamento participativo como patrimônio coletivo da sociedade civil brasileira, construído ao longo das jornadas de luta pela democracia e ao longo da experiência recente da administração municipal para resgatar a dívida social do país e para novamente trazer o movimento popular e sindical para dentro do processo público e estatal de tomada de decisão.

Em síntese, a prática do planejamento participativo e de sua vertente mais específica - o orçamento participativo - serviu, no Brasil recente, a diferentes estratégias de luta política. Nas mãos do MDB/PMDB foi instrumento de combate à centralização e ao burocratismo praticados pelos governos militares. Foi um dos ingredientes de um movimento de caráter nacional, focalizado na tentativa de superação de um problema nacional - a ditadura militar. Nas mãos do PT, revelou-se uma arma para o combate do predomínio político das oligarquisas locais. Foi um ingrediente de uma estratégia de consolidação do partido a nível nacional, a partir dos espaços que lhe foi possível conquistar nas primeiras disputas eleitorais. Deve ter servido, também, muito provavelmente, como oportunidade para o exercício da cidadania para muitas pessoas, antes totalmente alheias às questões públicas, por omissão típica de um período de silenciamento e cerceamento da participação e/ou por total desprezo dos governantes à sua opinião. Serviu, ainda, com certeza, para alavancar um novo tipo de populismo, que ao invés de paternalista, como na tradição nacional, era falsamente participacionista, lançando mão da cooptação; e para justiticar o não atendimento a reivindicações

crescentes num contexto econômico de recursos minguantes, de maneira a melhorar as condições de governabilidade. Atualmente, serve como palavra de ordem modernizante tanto nas bocas progressistas como nas bocas conservadoras, certamente sob argumentos distintos, cuja compreensão pode-se obter através do conhecimento da luta que hoje se trava, no cenário internacional, entre um liberalismo exacerbado e forte e uma resistência de esquerda tímida e enfraquecida.

Debate entre esquerda e direita

Apesar de todo o esforço das forças democratizantes e modernizantes que atuaram e atuam no Brasil nos últimos 15-20 anos (partidos, organizações não governamentais, universidades, fundações etc.), no sentido de tornar a administração pública mais eficiente e transparente, poucas vezes suas propostas ganharam destaque na grande imprensa. Mas entre 1994 e 1996 o tema orçamento participativo ganhou destaque, sendo objeto de reportagens em jornais e de comentários em programas de televisão e telejornais de alcance nacional[17]. O pico da colheita de elogios se deu quando o orçamento participativo foi incluído entre as melhores experiências de governos por ocasião da Habitat II (ocorrida em julho de 1996, em Istambul).

Sintomaticamente, a questão da participação popular começou a ganhar espaço nos meios de comunicação de massa quando passou a ser defendida por setores e segmentos alinhados ao neoliberalismo, corrente de opinião consevadora, dominante no

[17] A experiência de Porto Alegre RS em sido objeto de muito comentário. Luís Nassif elogiou-a em sua coluna na Folha de São Paulo de 1o. de maio de 1994; Jô Soares, em seu programa de entrevistas, com a presença de protagonistas da experiência também lhe teceu comentários favoráveis. Em 1996, por diversas ocasiões o tema foi objeto de reportagem da Folha de São Paulo (por exemplo, nos dias 21/03, 07/04 e

cenário político e econômico internacional. Não foi simplesmente por graça e mérito das articulações da esquerda que a ONU deu destaque ao orçamento participativo no Habitat II. Antes mesmo, uma forte dicussão no âmbito das forças neoliberais teve início e levou a conclusões aparentemente semelhantes à da esquerda: a participação popular é uma necessidade.

Os temas da "reinvenção do governo" e do "terceiro setor", que terminam desguando em alguns momentos na defesa da participação popular, ganharam espaço antes que a esquerda brasileira tivesse sido capaz de obter visibilidade nacional para suas experimentações participacionistas. E a convergência das teses defendidas pela esquerda e pelos neoliberais neste campo se desvanece tão logo se tornem visíveis os distintos argumentos que sustentam as propostas no discurso de uma e de outros.

O que está por trás da proposta de participação popular no discurso da esquerda e na visão dos neoliberais?

As razões da esquerda para defender a participação popular são de fundo predominantemente político, enquanto que as razões dos neoliberais são fundamentalmente econômicas. Quando a esquerda propõe que a sociedade civil exerça maior controle sobre o Estado, está preocupada com a democracia, com a divisão do poder (com a política, portanto). Na estratégia da esquerda que abandonou a tese da tomada do poder pela força e optou pela ação institucional, pelo respeito às regras da democracia representativa, tem lugar um confronto quotidiano pela hegemonia de idéias que se trava no quotidiano das lutas políticas travadas concomitantemente nos movimentos sociais, nas instituições e nos organismos estatais. Os agentes desta luta pelo

---

04/08). O Jornal do Economista, do Conselho Regional de Economia de São Paulo chegou a publicar entrevista de Tasso Genro, versando sobre o assunto.

lado da esquerda teriam que desenvolver ações em estreito contato com os movimentos sociais, visando transformar as aspirações populares em reivindicações sustentadas por intenso movimento nas ruas e nos espaços formais do poder. O confronto tanto das idéias como dos métodos que caracterizam os diferentes grupos em conflito geraria um clima de saudável politização dos agentes, sendo as massas as maiores beneficiárias, tanto da politização decorrente (que a arma melhor) como dos benefícios imediatos conquistados à custa de dinheiro público. É fácil ver onde se encaixa a proposta de orçamento participativo em tal estratégia. Trata-se de uma oportunidade ímpar para transportar as contradições de uma sociedade de classes para o âmbito de um dos centros nervosos do Estado capitalista, mesmo que isto tenha que ser feito pelas portas da fração mais fraca deste Estado no Brasil: o município.

A idéia que a esquerda pretende tornar hegemônica através desta proposta de intervenção da sociedade civil é a de um Estado cujas decisões favorecem à maioria, de um Estado distributivista, em detrimento de um Estado claramente comprometido com os interesses imediatos de empresários, especuladores imobiliários, oligarquias etc. Por isso, o orçamento participativo é definido como ferramenta da "desprivatização do público", palavra de ordem de grande apelo num país, como o Brasil, em que, como diz a anedota, "a vida pública do político se confunde com a privada".

Num texto que se tornou bastante conhecido entre militantes, DANIEL (1991), um dos ideólogos do PT, deixa transparecer a estratégia acima mencionada. Segundo ele,

> *Uma proposta de ação para as administrações democráticas e populares que não se esgote em si mesma deve apontar para um novo modelo de sociedade, permitindo vislumbrar os contornos de uma estratégia transformadora: um socialismo que, negando simultaneamente a opção*

capitalista - o status quo brasileiro, o neoliberalismo ou a social-democracia - e o estatismo do 'socialismo real', afirme o caminho da construção de uma sociedade radicalmente democrática - onde a democracia assuma valor estratégico, meio e fim a alcançar. (...) Nessa disputa - que, conforme se afiançou, pressupoõe uma ruptua com o poder econômico - o fundamental é assumir o embate com os valores que sustentam a hegemonia conservadora no nível local, negando-os ao afirmar os termos de uma nova cultura política. (p. 5-6)

Continua. Em elaboração.

Demonstrativo de Aplicação de Adiantamento

Data do Recebimento ____/____/____

N.º de Ordem	Documento de Despesa		Discriminação	Importância
	N.º	Data		

, de de 198

Responsável p/ Adiantamento

Declaro que a presente despesa foi realizada de acordo com a finalidade indicada neste documento.

, de de 198

Conferido. Concluimos pela exatidão.

, de de 198

Contador

APROVO a presente prestação de contas quitando o responsavel.

, de de 198

Prefeito Municipal

					Total do Empenho ...		74,55
00481.	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	3.934,76	3.934,76

Fornecedor Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
						Total do Empenho ...	3.934,76		
						Total Fornecedor ...	231.407,26		
						Total do Periodo ...	231.407,26		

				Pessoal Estatut rio.....		1.346,20		1.346,20
					Total do Empenho ...			1.346,20
000522	30/01/98	01	1,00 1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
				Pessoal Estatut rio.....		837,89		837,89

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor									
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					Total do Empenho ...		837,89		
000523	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	2.092,58	2.092,58		
					Total do Empenho ...		2.092,58		
000524	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	2.709,93	2.709,93		
					Total do Empenho ...		2.709,93		
000525	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	1.720,33	1.720,33		
					Total do Empenho ...		1.720,33		
000526	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	414,87	414,87		
					Total do Empenho ...		414,87		
000527	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	5.794,71	5.794,71		
					Total do Empenho ...		5.794,71		
000528	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	6.332,40	6.332,40		
					Total do Empenho ...		6.332,40		
000580	30/01/98	01	1,00		Refere-se a ferias no periodo				
					aquisitivo de 24.01.95 a 23.01.96				
					Luiz Henrique B.Boechat.....				
					Ferias.....	1.267,80	1.267,80		
					1/3 sob ferias.....	422,80	422,80		
					Abono pecuniario.....	633,90	633,90		
					1/3 s/abono pecuniario.....	211,30	211,30		
					Total do Empenho ...		2.535,80		
00420.	30/01/98	01	1,00		Rescisao contratual (por pedido de				
					Dispensa)Renata Paula Val Vazan...				
					Ferias prop.(07/12 avos).....	317,47	317,47		
					13.salario(01/12 avos).....	42,90	42,90		
					1/3 Ferias prop.....	105,82	105,82		
					Total do Empenho ...		466,19		
00438.	30/01/98	01	1,00		Salario Familia,ref.mes janeiro/98				
					Pessoal Estaturario.....	74,55	74,55		

000509	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.049,39	1.049,39	
					Total do Empenho ...		1.049,39	
000510	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98			

Fornecedor

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					Pessoal Estatut rio.....	3.854,61	3.854,61		
					Total do Empenho ...		3.854,61		
000511	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	1.331,10	1.331,10		
					Total do Empenho ...		1.331,10		
000512	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	12.371,52	12.371,52		
					Total do Empenho ...		12.371,52		
000513	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	1.409,55	1.409,55		
					Total do Empenho ...		1.409,55		
000514	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	9.876,01	9.876,01		
					Total do Empenho ...		9.876,01		
000515	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	7.747,72	7.747,72		
					Total do Empenho ...		7.747,72		
000516	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	10.356,46	10.356,46		
					Total do Empenho ...		10.356,46		
000517	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	6.025,81	6.025,81		
					Total do Empenho ...		6.025,81		
000518	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	1.573,62	1.573,62		
					Total do Empenho ...		1.573,62		
000519	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	934,34	934,34		
					Total do Empenho ...		934,34		
000520	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				
					Pessoal Estatut rio.....	56.971,70	56.971,70		
					Total do Empenho ...		56.971,70		
000521	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref.mes de janeiro/98				

000497	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	3.634,05	3.634,05	
					Total do Empenho ...		3.634,05	

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000498	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.124,88	1.124,88		
					Total do Empenho ...		1.124,88		
000499	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	2.099,51	2.099,51		
					Total do Empenho ...		2.099,51		
000500	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	585,39	585,39		
					Total do Empenho ...		585,39		
000501	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.415,07	1.415,07		
					Total do Empenho ...		1.415,07		
000502	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	819,89	819,89		
					Total do Empenho ...		819,89		
000503	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	3.264,11	3.264,11		
					Total do Empenho ...		3.264,11		
000504	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	585,39	585,39		
					Total do Empenho ...		585,39		
000505	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.132,37	1.132,37		
					Total do Empenho ...		1.132,37		
000506	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	927,07	927,07		
					Total do Empenho ...		927,07		
000507	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	4.345,06	4.345,06		
					Total do Empenho ...		4.345,06		
000508	30/01/98	01	1,00	1	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.395,28	1.395,28		
					Total do Empenho ...		1.395,28		

				(Pessoal Estatutario).....		142,01	142,01	
					Total do Empenho ...		142,01	
000487	30/01/98	01	1,00 i	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998.....				

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					(Pessoal Estatutario).....	29,04	29,04		
					Total do Empenho ...		29,04		
000488	30/01/98	01	1,00	i	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998.....				
					(Pessoal Estatutario).....	444,30	444,30		
					Total do Empenho ...		444,30		
000489	30/01/98	01	1,00	i	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998.....				
					(Pessoal Estatutario).....	396,35	396,35		
					Total do Empenho ...		396,35		
000490	30/01/98	01	1,00	i	Vencimentos(Verba de representacao referente mes de Janeiro 1998.....				
					Antonio de Souza(Vice Prefeito)...	2.700,00	2.700,00		
					Total do Empenho ...		2.700,00		
000491	30/01/98	01	1,00		Vencimentos,referente o mes de Janeiro/98(Antonio Marino Brandao de Almeida(Prefeito).....				
					Subsidios.....	2.700,00	2.700,00		
					Verba de Representacao.....	2.700,00	2.700,00		
					Total do Empenho ...		5.400,00		
000492	30/01/98	01	1,00	i	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	5.357,17	5.357,17		
					Total do Empenho ...		5.357,17		
000493	30/01/98	01	1,00	i	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.137,37	1.137,37		
					Total do Empenho ...		1.137,37		
000494	30/01/98	01	1,00	i	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.193,24	1.193,24		
					Total do Empenho ...		1.193,24		
000495	30/01/98	01	1,00	i	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.340,53	1.340,53		
					Total do Empenho ...		1.340,53		
000496	30/01/98	01	1,00	i	Vencimentos, ref. mes de Janeiro/ 98(Pessoal Comissionado).....	1.546,31	1.546,31		
					Total do Empenho ...		1.546,31		

					Total do Empenho ...		695,63	
000476	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	477,89	477,89	

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor 232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					Total do Empenho ...		477,89		
000477	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	732,17	732,17		
					Total do Empenho ...		732,17		
000478	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	405,97	405,97		
					Total do Empenho ...		405,97		
000479	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	107,15	107,15		
					Total do Empenho ...		107,15		
000480	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	36,04	36,04		
					Total do Empenho ...		36,04		
000482	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	93,53	93,53		
					Total do Empenho ...		93,53		
000483	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	56,69	56,69		
					Total do Empenho ...		56,69		
000484	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	142,22	142,22		
					Total do Empenho ...		142,22		
000485	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	164,55	164,55		
					Total do Empenho ...		164,55		
000486	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998.....				

000466	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....		78,22	78,22
						Total do Empenho ...		78,22

Fornecedor

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000467	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	63,49	63,49		
						Total do Empenho ...	63,49		
000468	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	269,75	269,75		
						Total do Empenho ...	269,75		
000469	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	97,67	97,67		
						Total do Empenho ...	97,67		
000470	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	71,11	71,11		
						Total do Empenho ...	71,11		
000471	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	251,21	251,21		
						Total do Empenho ...	251,21		
000472	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	93,18	93,18		
						Total do Empenho ...	93,18		
000473	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	822,95	822,95		
						Total do Empenho ...	822,95		
000474	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	97,27	97,27		
						Total do Empenho ...	97,27		
000475	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao mes de Janeiro/1998..... (Pessoal Estatutario).....	695,63	695,63		

000456	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....		92,44	92,44
						Total do Empenho ...		92,44

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor 232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000457	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	106,84	106,84		
						Total do Empenho ...	106,84		
000458	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	248,79	248,79		
						Total do Empenho ...	248,79		
000459	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	130,10	130,10		
						Total do Empenho ...	130,10		
000460	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	150,28	150,28		
						Total do Empenho ...	150,28		
000461	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	40,98	40,98		
						Total do Empenho ...	40,98		
000462	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	111,10	111,10		
						Total do Empenho ...	111,10		
000463	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	56,69	56,69		
						Total do Empenho ...	56,69		
000464	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	291,19	291,19		
						Total do Empenho ...	291,19		
000465	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao mes de janeiro de 1998. (Pessoal Comissionado).....	40,98	40,98		
						Total do Empenho ...	40,98		

					Total do Empenho ...		45,15	
000443	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98			
					Pessoal Estatutario.....	4,08	4,08	
					Total do Empenho ...		4,08	

Fornecedor

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000444	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	1,02	1,02		
					Total do Empenho ...		1,02		
000445	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	1,02	1,02		
					Total do Empenho ...		1,02		
000446	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	7,14	7,14		
					Total do Empenho ...		7,14		
000447	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	15,39	15,39		
					Total do Empenho ...		15,39		
000448	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	8,16	8,16		
					Total do Empenho ...		8,16		
000449	30/01/98	01	1,00		Salario familia,referente ao mes				
					de Janeiro/98(Pessoal Comissionado	3,06	3,06		
					Total do Empenho ...		3,06		
000450	30/01/98	01	1,00		Vencimentos,referente o mes de				
					Janeiro/98(Ensino Fund.Magisterio)	7.940,89	7.940,89		
					Total do Empenho ...		7.940,89		
000453	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia				
					ref.ao mes de janeiro de 1998.				
					(Pessoal Comissionado).....	484,24	484,24		
					Total do Empenho ...		484,24		
000454	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia				
					ref.ao mes de janeiro de 1998.				
					(Pessoal Comissionado).....	78,22	78,22		
					Total do Empenho ...		78,22		
000455	30/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia				
					ref.ao mes de janeiro de 1998.				
					(Pessoal Comissionado).....	82,13	82,13		
					Total do Empenho ...		82,13		

				Pessoal Comissionado			1,02	1,02
						Total do Empenho ...		1,02
000430	30/01/98	01	1,00 i	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
				Pessoal Comissionado			1,02	1,02

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor									
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
						Total do Empenho ...	1,02		
000431	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	1,02	1,02		
						Total do Empenho ...	1,02		
000432	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	4,08	4,08		
						Total do Empenho ...	4,08		
000433	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	2,04	2,04		
						Total do Empenho ...	2,04		
000434	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario	11,31	11,31		
						Total do Empenho ...	11,31		
000435	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario	1,02	1,02		
						Total do Empenho ...	1,02		
000436	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario	17,34	17,34		
						Total do Empenho ...	17,34		
000437	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario	67,95	67,95		
						Total do Empenho ...	67,95		
000439	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	8,16	8,16		
						Total do Empenho ...	8,16		
000440	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	52,26	52,26		
						Total do Empenho ...	52,26		
000441	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	2,04	2,04		
						Total do Empenho ...	2,04		
000442	30/01/98	01	1,00	i	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario.....	45,15	45,15		

				1/3 Ferias prop.....		141,08	141,08	
					Total do Empenho ...		648,98	
000419	30/01/98	01	1,00	Rescisao contratual(Dispensa s/ justa causa)Marly Marcella Klein				

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					Gunnewiek.....				
					Ferias prop.(04/12 avos).....	269,96	269,96		
					13.salario(01/12 avos).....	67,49	67,49		
					1/3 Ferias prop.....	89,99	89,99		
					Total do Empenho ...		427,44		
000421	30/01/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de Dispensa),Elaine Bunini Pinto Catao.....				
					Ferias prop.(07/12 avos.....	395,78	395,78		
					13.salario (01/12 avos).....	42,90	42,90		
					1/3 Ferias prop.....	131,93	131,93		
					Total do Empenho ...		570,61		
000422	30/01/98	01	1,00		Recolhimento do Fundo de Previden- cia,referente ao mes de Janeiro/98 (Ensino Fundamental)Magisterio....	498,11	498,11		
					Total do Empenho ...		498,11		
000423	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref mes Janeiro/98				
					Pessoal Estatutario	3,06	3,06		
					Total do Empenho ...		3,06		
000424	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado.....	1,02	1,02		
					Total do Empenho ...		1,02		
000425	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	1,02	1,02		
					Total do Empenho ...		1,02		
000426	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	2,04	2,04		
					Total do Empenho ...		2,04		
000427	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	3,06	3,06		
					Total do Empenho ...		3,06		
000428	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref.Janeiro/98				
					Pessoal Comissionado	1,02	1,02		
					Total do Empenho ...		1,02		
000429	30/01/98	01	1,00	1	Salario Familia,ref.Janeiro/98				

				saldo salario.....		382,25	382,25	
				13.salario (01/12 avos).....		106,18	106,18	
					Total do Empenho ...		1.196,31	
000413	30/01/98	01	1,00	Complemento de Rescisao Contratual				

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					Ferias prop.(08/12 avos).....	69,21	69,21		
					1/3 Ferias prop.....	23,07	23,07		
					13.salario(01/12 avos).....	8,65	8,65		
					Saldo salario.....	51,91	51,91		
					Nagila Marma Chaib Lotierzo.....				
					Total do Empenho ...		152,84		
000414	30/01/98	01	1,00		Complemento de Rescisao contratual				
					Ana Lucia Marques Campos.....				
					Ferias prop.(12/12 avos).....	38,49	38,49		
					Saldo Salario.....	8,90	8,90		
					Salario Familia.....				
					Aviso Previo Indezinado.....	38,14	38,14		
					1/3 Ferias prop.....	12,83	12,83		
					13.salario (01/12 avos).....	3,18	3,18		
					Total do Empenho ...		101,54		
000415	30/01/98	01	1,00		Rescisao contratual(Dispensa s/				
					justa causa),Carmem Silvia Rotoli				
					Ferias prop.(05/12 avos).....	423,25	423,25		
					13.salario (01/12 avos).....	84,65	84,65		
					1/3 Ferias prop.....	141,08	141,08		
					Total do Empenho ...		648,98		
000416	30/01/98	01	1,00		Rescisao contratual(Dispensa s/				
					justa causa)Jose Carlos Bulia				
					Ferias prop.(05/12 avos).....	423,25	423,25		
					13.salario (01/12 avos).....	84,65	84,65		
					1/3 Ferias prop.....	141,08	141,08		
					Total do Empenho ...		648,98		
000417	30/01/98	01	1,00		Rescisao contratual(Dispensa s/				
					justa Causa),Creonice Aparecida				
					Neves.....				
					Ferias prop.(05/12 avos).....	377,95	377,95		
					13.salario(01/12 avos).....	75,59	75,59		
					1/3 Ferias prop.....	125,98	125,98		
					Total do Empenho ...		579,52		
000418	30/01/98	01	1,00		Rescisao contratual(Dispensa s/				
					Justa Causa)Maria Ap.Barbosa Ro-				
					drigues.....				
					Ferias prop.(05/12 avos).....	423,25	423,25		
					13.salario (01/12 avos).....	84,65	84,65		

				aquisitivo de 22.04.96 a 21.04.97 Renata Alessandra Cazzaniga.....				
				Ferias.....		1.058,40		1.058,40
				1/3 s/ferias.....		352,80		352,80
					Total do Empenho ...			1.411,20

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000160	06/01/98	01	1,00		Rescisao contratual(dispensa s/ justa causa),Nagila Marma Chaib Lotierzo.....				
					Ferias prop.(08/12 avos).....	865,19	865,19		
					1/3 ferias prop.....	288,40	288,40		
					13.salario.....	108,15	108,15		
					Saldo salario.....	648,89	648,89		
					Salario familia.....	,51	,51		
					Total do Empenho ...		1.911,14		
000700	06/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de dispensa),Vera Lucia dos Santos Venturini.....				
					Saldo salario.....	236,72	236,72		
					Vale transporte.....	15,75	15,75		
					Salario Familia.....	3,30	3,30		
					Total do Empenho ...		255,77		
000701	06/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de dispensa)Giseli Ferreira Ascioni				
					Saldo salario.....	236,72	236,72		
					Vale transporte.....	15,75	15,75		
					Salario Familia.....	3,30	3,30		
					Total do Empenho ...		255,77		
000702	06/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de dispensa)Tania Renata Marchezini Mian).....				
					Saldo salario.....	236,72	236,72		
					Vale transporte.....	15,75	15,75		
					Total do Empenho ...		252,47		
000703	06/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de dispensa),Maria Samara Chaib de Moraes.....				
					Saldo salario.....	236,72	236,72		
					Vale transporte.....	15,75	15,75		
					Total do Empenho ...		252,47		
000724	09/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(Dispensa sem justa causa)Gilberto Vieira.....				
					Ferias prop.(05/12 avos.....	530,91	530,91		
					1/3 Ferias prop.....	176,97	176,97		

(Pessoal Comissionado)..... 50,45 50,45
Total do Empenho ... 50,45

000124 05/01/98 01 1,00 1 Recolhimento Fundo Previdencia
ref.ao 13.salario do ano 1997.

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					(Pessoal Comissionado).....	95,41	95,41		
					Total do Empenho ...		95,41		
000125	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	79,74	79,74		
					Total do Empenho ...		79,74		
000126	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	52,49	52,49		
					Total do Empenho ...		52,49		
000127	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	218,72	218,72		
					Total do Empenho ...		218,72		
000128	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	37,94	37,94		
					Total do Empenho ...		37,94		
000129	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	240,29	240,29		
					Total do Empenho ...		240,29		
000130	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	92,54	92,54		
					Total do Empenho ...		92,54		
000131	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	65,84	65,84		
					Total do Empenho ...		65,84		
000132	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				
					(Pessoal Comissionado).....	44,09	44,09		
					Total do Empenho ...		44,09		
000133	05/01/98	01	1,00		Refere-se a ferias no periodo				

						Total do Empenho ...		318,87	
000114	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....		315,14	315,14	

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor 232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
						Total do Empenho ...	315,14		
000115	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	383,19	383,19		
						Total do Empenho ...	383,19		
000116	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	72,42	72,42		
						Total do Empenho ...	72,42		
000117	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	72,42	72,42		
						Total do Empenho ...	72,42		
000118	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	76,04	76,04		
						Total do Empenho ...	76,04		
000119	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	85,59	85,59		
						Total do Empenho ...	85,59		
000120	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	106,16	106,16		
						Total do Empenho ...	106,16		
000121	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	230,36	230,36		
						Total do Empenho ...	230,36		
000122	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997. (Pessoal Comissionado).....	330,44	330,44		
						Total do Empenho ...	330,44		
000123	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano 1997.				

000104	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....		965,04	965,04
						Total do Empenho ...		965,04

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor									
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000105	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	60,80	60,80		
						Total do Empenho ...	60,80		
000106	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	40,92	40,92		
						Total do Empenho ...	40,92		
000107	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	3.234,82	3.234,82		
						Total do Empenho ...	3.234,82		
000108	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	67,51	67,51		
						Total do Empenho ...	67,51		
000109	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	131,65	131,65		
						Total do Empenho ...	131,65		
000110	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	157,99	157,99		
						Total do Empenho ...	157,99		
000111	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	96,25	96,25		
						Total do Empenho ...	96,25		
000112	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	28,68	28,68		
						Total do Empenho ...	28,68		
000113	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	318,87	318,87		

000094	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....		27,12	27,12	
					Total do Empenho ...			27,12	

Fornecedor

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000095	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	388,97	388,97		
					Total do Empenho ...		388,97		
000096	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	356,27	356,27		
					Total do Empenho ...		356,27		
000097	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	203,06	203,06		
					Total do Empenho ...		203,06		
000098	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	77,81	77,81		
					Total do Empenho ...		77,81		
000099	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	737,94	737,94		
					Total do Empenho ...		737,94		
000100	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	13,12	13,12		
					Total do Empenho ...		13,12		
000101	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	83,53	83,53		
					Total do Empenho ...		83,53		
000102	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	561,55	561,55		
					Total do Empenho ...		561,55		
000103	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.ao 13.salario do ano de 1997. (Pessoal Estatutario).....	358,56	358,56		
					Total do Empenho ...		358,56		

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
					ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	1.914,51	1.914,51		
					Total do Empenho ...		1.914,51		
000085	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia				

232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO

					ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	401,13	401,13		
					Total do Empenho ...		401,13		
000086	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	1.060,70	1.060,70		
					Total do Empenho ...		1.060,70		
000087	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	99,21	99,21		
					Total do Empenho ...		99,21		
000088	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	42,44	42,44		
					Total do Empenho ...		42,44		
000089	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	3.746,51	3.746,51		
					Total do Empenho ...		3.746,51		
000090	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	84,01	84,01		
					Total do Empenho ...		84,01		
000091	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	131,68	131,68		
					Total do Empenho ...		131,68		
000092	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	172,91	172,91		
					Total do Empenho ...		172,91		
000093	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Estatutario).....	120,84	120,84		
					Total do Empenho ...		120,84		

missionado)..... 37,94 37,94
Total do Empenho ... 37,94

000075 05/01/98 01 1,00 1 Recolhimento Fundo Previdencia
ref.mes dezembro/97(Pessoal Co-

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
Fornecedor									
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					missionado).....	235,15	235,15		
					Total do Empenho ...		235,15		
000076	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Co-missionado).....	90,43	90,43		
					Total do Empenho ...		90,43		
000077	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Co-missionado).....	65,84	65,84		
					Total do Empenho ...		65,84		
000078	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Co-missionado).....	58,79	58,79		
					Total do Empenho ...		58,79		
000079	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Esta-tutario).....	216,89	216,89		
					Total do Empenho ...		216,89		
000080	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Esta-tutario).....	86,46	86,46		
					Total do Empenho ...		86,46		
000081	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Esta-tutario).....	885,03	885,03		
					Total do Empenho ...		885,03		
000082	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Esta-tutario).....	52,49	52,49		
					Total do Empenho ...		52,49		
000083	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia ref.mes Dezembro/97(Pessoal Esta-tutario).....	82,63	82,63		
					Total do Empenho ...		82,63		
000084	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento do Fundo Previdencia				

					Total do Empenho ...		78,04	
000065	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	85,59	85,59	

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
					Total do Empenho ...		85,59		
000066	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	98,93	98,93		
					Total do Empenho ...		98,93		
000067	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	230,36	230,36		
					Total do Empenho ...		230,36		
000068	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	503,45	503,45		
					Total do Empenho ...		503,45		
000069	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	58,18	58,18		
					Total do Empenho ...		58,18		
000070	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	134,78	134,78		
					Total do Empenho ...		134,78		
000071	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	108,72	108,72		
					Total do Empenho ...		108,72		
000072	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	52,49	52,49		
					Total do Empenho ...		52,49		
000073	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	270,12	270,12		
					Total do Empenho ...		270,12		
000074	05/01/98	01	1,00	1	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Co-				

Empenho	Emissao	Item	Qtde.	Un.	Especificacao	Valor Unitario	Valor Total	Processo	Licitacao
232 - PESSOAL CIVIL - ORDENADOS-ESTATUTARIO									
000634	02/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de Dispensa) Cauby Ferreira Salles Filho.....				
					13.salario (01/12 avos).....	84,80	84,80		
					Total do Empenho ...		84,80		
000635	02/02/98	01	1,00		Rescisao contratual(por pedido de dispensa)Cristiane Aparecida da Silva).....				
					Ferias prop.(05/12 avos).....	123,82	123,82		
					1/3 Ferias prop.....	41,27	41,27		
					Saldo salario.....	19,47	19,47		
					13.salario.....	24,66	24,66		
					Total do Empenho ...		209,22		
000059	05/01/98	01	1,00		Refere-se a rescisao contratual (Dispensa s/justa causa) Ana Lucia Marques Campos.....				
					Ferias prop.(12/12 avos).....	481,04	481,04		
					Saldo salario.....	111,23	111,23		
					Salario Familia.....	1,93	1,93		
					Aviso Previo Indenizado.....	476,69	476,69		
					1/3 Ferias prop.....	160,35	160,35		
					13.salario (01/12 avos).....	39,72	39,72		
					Total do Empenho ...		1.270,96		
000061	05/01/98	01	1,00	i	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	467,84	467,84		
					Total do Empenho ...		467,84		
000062	05/01/98	01	1,00	i	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	72,42	72,42		
					Total do Empenho ...		72,42		
000063	05/01/98	01	1,00	i	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	72,42	72,42		
					Total do Empenho ...		72,42		
000064	05/01/98	01	1,00	i	Recolhimento Fundo Previdencia ref.mes dezembro/97(Pessoal Comissionado).....	76,04	76,04		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

EXMO. SR.
PREFEITO DE HOLAMBRA

13825000 HOLAMBRA - SP

31 / 4444

P. contas Polícia Militar e Polícia Civil.

MEC/FNDE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
SAS Quadra 01 Bloco A
CEP 70070-000 - Brasília/DF

gol civil

1 jogo junta carburador

2 palheta do limpador
Para Briza

1 jogo velas

3 Borracha do escapamento

3½ Serviço

Ref Maio 97

CONTROLE INTERNO

Polícia Civil (Pegas)

DATA: 16/07/97
HORA: 14:45:14

PEDIDO DE VENDA NR.: 71970011 de 16/07/97

CLIENTE : PREF MUNICIPAL DE HOLAMBRA (158.9) VENDEDOR : ADEMILSON MANTOVANI (20.5)
OBSERVACAO : -> RETIRA COND. PAGTO : 97 - PENDENTE
VALOR TOTAL : 90,17 DESCONTO : 0,00 **TOTAL LIQUIDO : 90,17**

LOCAL	CODIGO	NUM. FABRICANTE	UN	QTDE	PRECO LIQUIDO	PRECO TOTAL	DESCRICAO	FABRICANTE APLICACAO
	17398.3	589 6	PC	1	84,13	84,13	SILENCIOSO	IGE IRMAOS CONJ C/ TUBO TERM GOL 1.8 C/ CAT
	11128.7	33025/8	PC	4	1,14	4,56	COXIM DE ESCAPAMEN	BORAUTO PE PASSAT,GOL,VOYAGE,PARATI,SAVEIRO
	21264.4	P 525	PC	1	1,48	1,48	JUNTA DE ESCAPE	MIDAS / PR CATALIZADOR LINHA FORD,VW (AUTOL

97 9 12 75

PLANSYST consultoria Terminal de Venda Ver 3.01